





Decreto sobre os Direitos , que deve pagar o assucar nas Alfandegas deste Reino. De 27 de Janeiro de 1751.



Endo informado da grande decadencia , em que se achão a lavoura, e o trafico do Tabaco, e assucar , que são os douts generos , em que consiste o principal Commercio destes Reinos com o Estado do Brasil : e desejando animar efficaç, e effectivamente o fabrico, e a extracção dos mesmos generos em beneficio commum dos meus fiéis Vassallos assim da America , como da Europa , em ordem a remover delles os impedimentos , que lhes obstaõ , para se utilizarem com a agricultura , e com a navegação destas duas consideraveis producçoens daquelle Continente :

Sou servido ordenar a estes respeitoos o seguinte : Quanto ao assucar , pelo que pertence á fórma dos despachos nas Alfandegas destes Reinos ( cessando toda a fraude ) se expediráõ daqui em diante as caixas , e fechos , pelas arrobas que trouxerem , por cabeça , e se tiraráõ directamente dos Armazens para a rua , sem que por esta expedição paguem outros alguns emolumentos , que não sejaõ , em Lisboa , o Bilhote ao Feitor , o despacho da Casa de cima , e a Porta. Na Cidade do Porto se praticará o mesmo , por modo respectivo. E havendo quem queira despachar ou a bordo dos Navios , ou na ponte da Alfandega , ou para baldearem para fóra , ou para levarem as Partes para suas casas o referido genero , não sómente se lhes dará despacho na sobredita fórma , e não sómente se lhes daraõ a tara e favor abaixo declarados , mas tambem se lhes abateráõ de mais dez tostoens de premio em cada caixa na conta dos Bilhetes , e se lhes daraõ mais seis mezes de espera para o pagamento dos direitos , além do espaço que tiverem para o mesmo effecto os mais despachadores. Pelo que pertence ao favor das taras , se praticará o mesmo que atégora se praticou , abatendo-se de cada cinco arrobas huma , em beneficio dos despachadores , ou estes despachem os assucares para o consumo do Reino , ou para o extrahirem delle para os Paizes Estrangeiros. Pelo que pertence aos direitos , os assucares que se despacharem para o consumo destes Reinos , pagarão por cada arroba

arroba do branco, limpa da tara, o mesmo cruzado, que pagaraõ atégora, e por cada arroba do mascavado, dous tostoens, na conformidade da Ley de treze de Setembro de mil setecentos vinte e cinco, descontando com tudo o donativo, porque esta contribuição cessará inteiramête desde a publicação do presente Decreto. Porém o assucar que se despachar para fóra, constando por legitimo modo que he extrahido para qualquer Paiz Estrangeiro, se dividirá na conta por cabeça em duas partes iguaes, ou ametades, depois de ser abatida a tara acima ordenada. Huma das ditas ametades pagará o direito na mesma fórma, em que o pagar o assucar, que for despachado para o consumo do Reino: A outra ametade que resta, se dará aos despachadores livre de todo o encargo a favor do Comércio, o qual gozará deste beneficio, quanto ao preterito, desde o dia doze de Agosto do anno proximo passado; e quanto ao futuro, até que Eu seja servido dar sobre esta materia outras mais amplas providencias. Pelo que pertence aos fretes dos Navios, que transportaõ do Brasil este genero: Sou servido ordenar, que a respeito delle se observe em tudo, e por tudo, o mesmo que tenho estabelecido a favor do tabaco, e sua Navegação, pelo Capitulo sete do novo Regimento da Alfandega deste segundo genero desde o §. 1. até §. final inclusivè. Porém os seiscentos reis de cada caixa, que atégora pagaraõ os donos dos Navios do preço que recebiaõ dos fretes, ficarão daqui em diante transferidos no genero, a cargo dos que o despacharem, para se haver delles nos termos, e nos casos, em que pagarem os mais direitos acima declarados. Pelo que pertence aos primeiros preços do Brasil, sendo certo que todos os sobreditos favores, nos despachos, direitos, e fretes, se fariaõ inuteis, se o assucar se não pudesse achar no agro, com tal proporção no custo, que o Lavrador ganhasse em o fabricar, e o homem de negocio o achasse á sua conta em o extrahir: Estabeleço que daqui em diante na Bahia de todos os Santos, nem cada arroba de assucar branco fino possa exceder o valor de mil e quatrocentos reis; nem do branco redondo, o valor de mil e duzentos reis; nem do branco batido, o valor de novecentos reis; nem do mascavado macho, o valor de seiscentos reis; nem do mascavado batido, o valor de quinhentos reis; nem do mascavado broma, o valor de quatrocentos reis, livres, e liquidos para os Lavradores. Os assucares  
do

do Rio de Janeiro, Parnambuco, e Maranhão, serão vendidos ao mesmo respeito, com a differença de cem reis de menos por arroba em todas as qualidades, e preços acima estabelecidos: tudo isto sob-pena de que as pessoas, que excederem os sobreditos preços em qualquer dos referidos Estados, depois de ser passado hum anno, contado do dia da publicação, que nelles se fizer deste Decreto, encorrerão nas mesmas penas estabelecidas pelo Capitulo sexto, e §. 2. do novo Regimento da Alfandega do Tabaco, contra os que venderem este genero nos Portos do Brasil por preços maiores, do que lhe foraõ por Mim determinados: succedendo porém aperfeiçoarem-se os assucareis do Rio de Janeiro, Parnambuco, e Maranhão, de sorte que venhaõ a ter proporção na bondade com os assucareis da Bahia, se me representará pelas partes interessadas o que houver a este respeito, para dar a providencia, que for conveniente. E no caso em que tambem succeda haver nos sobreditos Estados alguns annos de taes esterelidades, que os Lavradores não cheguem a recolher nelles pelo menos meia safra, nestes casos poderão os mesmos Lavradores recorrer ás mesas de Inspeção, que novamente mando estabelecer, as quaes pelo Regimento que lhes mando dar, teraõ a jurisdicção necessaria, para conhecerem da legitimidade da causa que lhes for allegada, e para sobre a notoriedade della poderem acrescentar desde cem até trezentos reis por arroba, conforme a exigencia dos casos que lhe forem presentes. As mesmas Casas de Inspeção teraõ tambem a jurisdicção necessaria, para evitarem as fraudes que se tem introduzido nas qualidades, e pezos dos mesmos assucareis, em ordem que todos cheguem a este Reino qualificados, de sorte que os enganos dos particulares venhaõ a cessar inteiramente, com beneficio commum da agricultura, e do Commercio geral. Quanto ao Tabaco, tenho deferido com o novo Regimento da Alfandega, que na Data de dezaseis do corrente baixou á Junta da Administração deste genero. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e o faça executar na parte que lhe toca, por este Decreto sómente: O qual mando que valha, não obstante quaesquer Leys, Regimentos, ou Ordens contrarias, que para este effeito sómente hei por derogadas, como se dellas fizesse expressa menção. E quero tambem que este valha, e tenha força de Ley como se fosse Carta passada pela

Chan-

Chancellaria, posto que por ella não passe, sem embargo das Ordenações do Livro segundo titulo 39, 40, e 44, que dispõem o contrario. Salvaterra de Magos em vinte e sete de Janeiro de mil setecentos cincoenta e hum.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Cumpra-se, e registe-se, e com a Cópia delle se expidaõ as Ordens necessarias. Lisboa, 30 de Janeiro de 1751. *Com seis Rubricas dos Ministros do Conselho da Fazenda.*

Registado no Livro dos Decretos da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, a fol. 156 vers.



